

Superior Tribunal de Justiça

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.862 - SC
(2019/0164184-3)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : LUIZ FERNANDO SILVY
ADVOGADOS : FRANCISCO EMMANUEL CAMPOS FERREIRA - SC005012
IARA LÚCIA DE SOUZA - SC026548
JORGE HENRIQUE GOULART SCHAEFER MARTINS -
SC038354
REQUERENTE : LEANDRO VILSON DOS PASSOS
ADVOGADO : MARCELO GONZAGA - SC019878
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

LUIZ FERNANDO SILVY, por meio da Petição n. 00779957/2019, diante do resultado proclamado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADCs 43, 44 e 54, requer a imediata expedição de contramandado de prisão.

Alega que "possui mandado de prisão em aberto por força de condenação não transitada em julgado e sua ordem de prisão não está fundada em nenhuma das hipóteses elencadas pelo art. 312 da Lei Penal Adjetiva.

É o relatório. Decido.

Busca-se, no caso, obstar a determinação de execução provisória da pena após o encerramento do julgamento perante as instâncias ordinárias, contida no acórdão que julgou a apelação defensiva.

Efetivamente, esse era o entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotado a partir do julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo

Superior Tribunal de Justiça

5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, DJe 17/5/2016).

Vale lembrar que, para o Relator do caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, Ministro Teori Zavaski, a manutenção da sentença pelo Tribunal revisor encerrava a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena.

Porém, esse entendimento foi alterado por ocasião do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, pelo Suprema Corte, como se extrai do portal de notícias do STF:

[...], por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes (Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=429359&ori=1>);

Portanto, prevalece agora o entendimento de que a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação viola o princípio constitucional da presunção de inocência.

Assim, a prisão antes do esgotamento dos recursos somente poderá ser efetivada em caráter cautelar, de forma individualizada, com a demonstração da presença dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

No caso, à oportunidade da sentença, o magistrado concedeu ao requerente o direito de recorrer em liberdade nos seguintes termos (e-STJ, fl. 816):

Concedo ao acusado Luiz Fernando Silvy o direito de recorrer em liberdade, uma vez que os requisitos que ensejam a custódia cautelar não estão presentes, não sendo necessário a segregação para a garantia da ordem pública diante de sua primariedade, bem como que desde que posto em liberdade não

Superior Tribunal de Justiça

há notícia de que tenha voltado a delinquir.

Por ocasião do julgamento do apelo, a prisão foi decretada unicamente em decorrência do esgotamento das instâncias recursais ordinárias, com amparo no então vigente entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos a seguir transcritos (e-STJ, fls. 1.040/1.042):

7. Do pedido para recorrer em liberdade até o trânsito em julgado.

Postula os apelantes o direito de recorrerem em liberdade. Entretanto, tal pretensão, sem maiores delongas, deve ser julgada prejudicada diante da manutenção da sentença condenatória e do entendimento atual consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus n. 126.292/SP, no sentido de ser possível o cumprimento da pena tão logo confirmada a sentença por órgão judicial colegiado (cite-se: Apelação Criminal n. 0000726-33.2016.8.24.0013, de Campo Erê, rel. Des. Salete Silva Sommariva, Segunda Câmara Criminal, j. 6-2-2018).

[...]

9. Conclusão

Pelo exposto, vota-se no sentido de conhecer em parte dos recursos, afastar as preliminares e, no mérito, negar-lhes provimento. No mais, nos termos do decidido pelo STF no julgamento do recurso representativo da controvérsia ARE n. 964246 RG/SP, determino ao juízo de origem que expeça a documentação necessária para dar início à execução provisória da pena.

Desse modo, verificada a reforma de tal precedente, a custódia perdeu seu fundamento.

Diante do exposto, defiro o pedido para suspender a execução da pena do requerente, nos termos do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43, 44 e 54, até o trânsito em julgado da sentença condenatória correspondente.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

